

Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2008

Fevereiro de 2009

Este relatório contém 55 páginas



CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados 4
	Balanço 5
	Demonstração das alterações no capital próprio 6
	Demonstração de fluxos de caixa 7
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas 8
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 17
II.3	Reporte por segmentos 19
II.4	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Prémios adquiridos líquidos de resseguro 20
Nota 2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro 21
Nota 3	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro 21
Nota 4	Custos e gastos de exploração líquidos 21
Nota 5	Rendimentos 22
Nota 6	Gastos financeiros 22
Nota 7	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 22
Nota 8	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 22
Nota 9	Imparidade de outros activos (líquidas de reversões) e variação de outras provisões 23
Nota 10	Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro 23
Nota 11	Custos e gastos por natureza a imputar 23
II.5	Notas ao balanço
Nota 12	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem 24
Nota 13	Activos financeiros detidos para negociação 24
Nota 14	Activos financeiros disponíveis para venda 25
Nota 15	Empréstimos e contas a receber 25
Nota 16	Outros activos tangíveis 25
Nota 17	Activos intangíveis 26
Nota 18	Provisões técnicas, líquidas de resseguro 27
Nota 19	Benefícios a empregados 28

		<u>Pág.</u>
Nota 20	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	31
Nota 21	Impostos correntes e Impostos diferidos	32
Nota 22	Outros passivos financeiros	33
Nota 23	Outros credores por operações de seguros e outras operações	33
Nota 24	Acréscimos e diferimentos	33
Nota 25	Afectação de investimentos e outros activos	34
II.6	Notas à demonstração das alterações no capital próprio	
Nota 26	Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor	35
II.7	Outras notas	
Nota 27	Transacções com partes relacionadas	37
Nota 28	Gestão de riscos	38
Nota 29	Justo valor	48
Nota 30	Passivos contingentes e compromissos	48
Nota 31	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	49
Nota 32	Ajustamento de transição para o Novo Plano de Contas	54
III	Inventário de títulos	
IV	Relatório dos auditores	

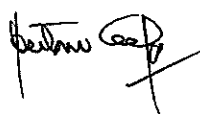


I Demonstrações financeiras

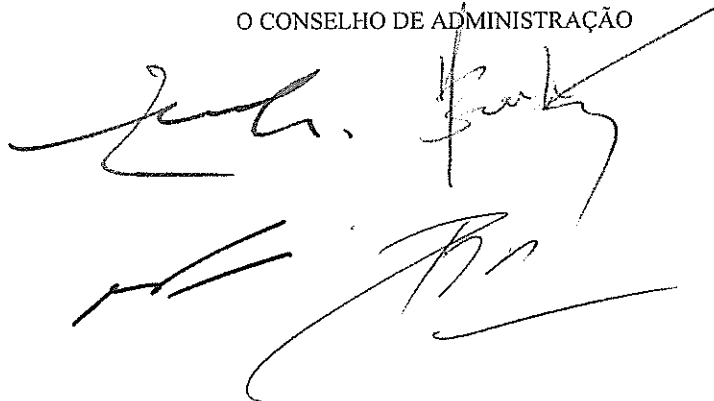
Demonstração dos resultados

	Notas	2008			2007		
		Não vida	Não técnica	Total	Não vida	Não técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	97.709.583	-	97.709.583	83.496.774	-	83.496.774
Prémios brutos emitidos		102.656.839	-	102.656.839	87.679.573	-	87.679.573
Prémios de resseguro cedido		(4.438.462)	-	(4.438.462)	(3.350.432)	-	(3.350.432)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(526.894)	-	(526.894)	635.788	-	635.788
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		18.100	-	18.100	(1.468.155)	-	(1.468.155)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(73.327.450)	-	(73.327.450)	(62.069.421)	-	(62.069.421)
Montantes pagos		(69.371.856)	-	(69.371.856)	(59.975.745)	-	(59.975.745)
Montantes brutos		(69.371.856)	-	(69.371.856)	(59.982.777)	-	(59.982.777)
Parte dos resseguradores		-	-	-	7.032	-	7.032
Provisão para sinistros (variação)		(3.955.594)	-	(3.955.594)	(2.093.676)	-	(2.093.676)
Montantes brutos		(3.955.594)	-	(3.955.594)	(2.093.676)	-	(2.093.676)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	257.980	-	257.980	(1.035.335)	-	(1.035.335)
Custos e gastos de exploração líquidos	4	(21.236.035)	-	(21.236.035)	(18.254.458)	-	(18.254.458)
Custos de aquisição		(14.296.987)	-	(14.296.987)	(12.542.854)	-	(12.542.854)
Custos de aquisição diferidos (variação)		15.581	-	15.581	93.315	-	93.315
Gastos administrativos		(7.541.454)	-	(7.541.454)	(6.319.201)	-	(6.319.201)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		586.825	-	586.825	514.282	-	514.282
Rendimentos	5	1.114.153	992.287	2.106.440	536.685	978.615	1.515.300
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		1.114.153	992.287	2.106.440	536.685	978.615	1.515.300
Gastos financeiros	6	(70.358)	(196.486)	(266.844)	-	(74.302)	(74.302)
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	(99.175)	(99.175)	-	(74.302)	(74.302)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(70.358)	(97.311)	(167.669)	-	-	-
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	(908.455)	(688.772)	(1.597.227)	688.739	259.766	948.505
De activos disponíveis para venda		(908.455)	(688.772)	(1.597.227)	688.739	258.081	946.820
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-	1.685	1.685
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	2.584	(1.405)	1.179	-	-	-
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		2.584	(1.405)	1.179	-	-	-
Diferenças de câmbio		-	15.783	15.783	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	9	-	1.150.410	1.150.410	-	188.633	188.633
De outros		-	1.150.410	1.150.410	-	188.633	188.633
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	10	28.942	-	28.942	13.372	-	13.372
Outras provisões (variação)	9	-	33.000	33.000	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	10	-	(158.983)	(158.983)	-	1.560.909	1.560.909
Resultado líquido antes de impostos		3.570.944	1.145.834	4.716.778	3.376.356	2.913.621	6.289.977
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	21	-	(1.375.856)	(1.375.856)	-	(1.400.463)	(1.400.463)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	21	-	(72.908)	(72.908)	-	(509.307)	(509.307)
Resultado líquido do exercício		3.570.944	(302.930)	3.268.014	3.376.356	1.003.851	4.380.207

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



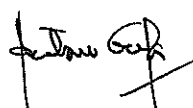
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Balanço

		Eur	
	Notas	2008	2007
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	12	2.033.668	7.665.662
Activos financeiros detidos para negociação	13	2.259	2.291
Activos disponíveis para venda	14	35.178.350	35.195.082
Empréstimos e contas a receber	15	11.984.579	-
Outros depósitos		11.984.579	-
Outros activos tangíveis	16	89.561	188.682
Outros activos intangíveis	17	56.634	39.067
Provisões técnicas de resseguro cedido	18	27.517	9.418
Provisão para prémios não adquiridos		27.517	9.418
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	19	210.418	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	20	13.277.986	13.892.311
Contas a receber por operações de seguro directo		5.668.211	6.081.279
Contas a receber por outras operações de resseguro		7.417.371	7.667.616
Contas a receber por outras operações		192.404	143.416
Activos por impostos	21	240.215	470.007
Activos por impostos diferidos		240.215	470.007
Acréscimos e diferimentos		53.550	1.582
Total activo		63.154.737	57.464.102
Provisões técnicas	18	25.097.862	23.279.035
Provisão para prémios não adquiridos		8.518.741	8.007.428
Provisão para sinistros		15.801.765	14.236.272
Provisão para riscos em curso		777.356	1.035.335
Outros passivos financeiros	22	1.975.518	-
Outros		1.975.518	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	19	-	651.918
Outros credores por operações de seguros e outras operações	23	3.345.213	2.516.452
Contas a pagar por operações de seguro directo		1.250.198	417.644
Contas a pagar por outras operações de resseguro		1.240.190	1.210.938
Contas a pagar por outras operações		854.825	887.870
Passivos por impostos	21	583.416	149.151
Passivos por impostos correntes		583.416	149.151
Acréscimos e diferimentos	24	1.262.250	1.317.256
Outras Provisões		-	33.000
Total passivo		32.264.259	27.946.812
Capital		12.000.000	12.000.000
Reservas de reavaliação		(720.797)	(882.855)
Reserva por impostos diferidos e correntes		191.011	347.895
Outras reservas		2.442.772	2.036.385
Resultados transitados		13.709.478	11.635.658
Resultado do exercício		3.268.014	4.380.207
Total capital próprio	26	30.890.478	29.517.290
Total passivo e capital próprio		63.154.737	57.464.102
Resultados por acção		1,4	1,8

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstração das alterações no capital próprio

Reservas de reavaliação									Eur
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido	Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
Total em 1 de Janeiro de 2007	12.000.000	85.797	(26.746)	59.051	1.678.099	16.032.887	11.057	-	29.781.094
Transferência de resultados	-	-	-	-	347.229	(347.229)	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(968.652)	374.641	(594.011)	-	-	-	-	(594.011)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(2.300.000)	-	-	(2.300.000)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	(1.750.000)	-	-	(1.750.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.380.207	4.380.207
Total em 31 de Dezembro 2007	12.000.000	(882.855)	347.895	(534.960)	2.025.328	11.635.658	11.057	4.380.207	29.517.290
Transferência de resultados	-	-	-	-	406.387	3.973.820	-	(4.380.207)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	162.058	(156.884)	5.174	-	-	-	-	5.174
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(1.900.000)	-	-	(1.900.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.268.014	3.268.014
Total em 31 de Dezembro de 2008	12.000.000	(720.797)	191.011	(529.786)	2.431.715	13.709.478	11.057	3.268.014	30.890.478

Demonstração de fluxos de caixa

	Eur	
	2008	2007
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	3.268.014	4.380.207
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	102.226	247.542
Variação nas provisões técnicas	1.818.827	2.934.756
Variação de provisões	(33.000)	(80.276)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(18.099)	1.468.155
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	1.150.410	188.633
Variação nos impostos activos / passivos	507.173	(496.566)
<i>Variações nos activos e passivos operacionais</i>		
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	32	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	(11.984.579)	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(536.085)	(7.726.533)
Outros activos e passivos	(969.310)	(937.808)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	828.761	(1.695.096)
	(5.865.630)	(1.716.986)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Variações nos activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda	178.790	(7.159.942)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(20.672)	(20.341)
Alienações de activos tangíveis e intangíveis	-	-
	158.118	(7.180.283)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento		
Outros passivos financeiros	1.975.518	-
Dividendos pagos	(1.900.000)	(4.050.000)
	75.518	(4.050.000)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(5.631.994)	(12.947.269)
Caixa e equivalentes no início do período	7.665.662	20.612.931
Caixa e equivalentes no final do período	2.033.668	7.665.662

7

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., (“Médís” ou “Companhia”), é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 29 de Setembro de 1995.

A Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. tem por objecto principal e exclusivo a exploração do seguro directo e resseguro dos ramos Doença e Assistência.

É uma subsidiária da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., a qual detêm 100% do capital, exercendo o controlo.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007 de 27 de Abril de 2007. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

A Companhia adoptou o IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações bem como o IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios da Companhia. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, a Companhia adoptou a partir de 2008 o IAS 39 e IFRS 7 - Reclassificação de Instrumentos Financeiros e IFRIC 14 e IAS 19 - Limite para activos de benefícios definido, requisitos mínimos de financiamento e sua interacção. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As áreas que envolvem maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das Demonstrações Financeiras, encontram-se analisadas na nota II.2.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 26 de Fevereiro de 2009.

Transição para o Novo Plano de Contas

Na preparação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e na determinação dos ajustamentos de acordo com os IFRS excepto os critérios de mensuração do IFRS 4, a Companhia decidiu adoptar as regras de transição estabelecidas no IFRS 1 – Adopção dos IFRS pela primeira vez. Em consequência a data de transição foi 1 de Janeiro de 2005, data de transição para os IFRS para efeitos de reporte ao accionista.

A explicação de como a transição para o Novo Plano de Contas afectou a performance financeira da Companhia é fornecida na nota 32.

b) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) Provisões técnicas

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

Provisão para envelhecimento

A provisão para envelhecimento corresponde ao valor actual dos compromissos futuros da Companhia, decorrentes de contratos de saúde, após dedução do valor actual dos prémios futuros. A provisão é calculada apenas para os contratos com duração superior a um ano e com prémios nivelados.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a

9

p.º 87

produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

e) *Activos financeiros*

Classificação

A Médís classifica os seus activos financeiros no início da transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- Activos financeiros disponíveis para venda - Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, "*Loans and Receivables*" ou para activos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas da Companhia, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("*discounted cash flows*") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) *Acordos de recompra*

Os investimentos vendidos com acordo de recompra a um preço previamente definido não são desreconhecidos e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

i) *Resseguro*

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A Médis aceita e/ou cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor líquido, excepto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

j) *Operações em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

k) *Activos tangíveis*

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7

Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros activos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

l) Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das Empresas da Companhia enquanto estiverem directamente afectos aos projectos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

m) Locações

A Médís classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

n) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

P. 13
d. 1

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

G

[Handwritten signature]

p) *Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

q) *Dividendos recebidos*

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

r) *Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões*

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

s) *Benefícios aos empregados*

Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora ("CCT").

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por um único fundo de pensões denominado de "Fundo de Pensões da Companhia BCP", nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores da Companhia, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do "unwinding" dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas actuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições de cada uma das Companhias da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivos baseado em acções

À data de 31 de Dezembro de 2008, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

t) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

u) *Reporte por segmentos*

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Médís encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Acidentes e doença
- Outros

As actividades da Companhia localizam-se apenas em Portugal.

v) *Resultados por acção*

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para riscos em curso, (3) provisão para envelhecimento, (4) teste de adequação das responsabilidades, (5) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Companhia, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para títulos de capital e eventos os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Reporte por segmentos

	2008			2007		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	96.934.739	774.844	97.709.583	82.654.319	842.455	83.496.774
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(73.089.671)	(237.779)	(73.327.450)	(61.500.874)	(568.547)	(62.069.421)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	257.980	-	257.980	(1.035.335)	-	(1.035.335)
Custos e gastos de exploração líquidos	(21.236.035)	-	(21.236.035)	(18.254.458)	-	(18.254.458)
Rendimentos	1.113.302	851	1.114.153	535.920	765	536.685
Gastos financeiros	(70.300)	(58)	(70.358)	-	-	-
Ganhos líquidos de activos financeiros	(905.103)	(768)	(905.871)	688.466	273	688.739
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	28.942	-	28.942	13.372	-	13.372
Margem técnica	3.033.854	537.090	3.570.944	3.101.410	274.946	3.376.356
Proveito dos investimentos			894.976			978.615
Mais/(menos) valias realizadas			(674.394)			259.766
Despesas gerais			(99.175)			(74.302)
Outros proveitos/(custos) não técnicos			1.024.427			1.749.542
Resultado não técnico			1.145.834			2.913.621
Resultado antes de impostos			4.716.778			6.289.977
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisões - Valor bruto	25.075.957	21.905	25.097.862	23.257.648	21.387	23.279.035
Parte dos resseguradores	27.517	-	27.517	9.418	-	9.418

II.4 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	Eur	
	2008	2007
Prémios brutos emitidos	102.656.839	87.679.573
Prémios resseguro cedido	(4.438.462)	(3.350.432)
Prémios líquidos resseguro	98.218.377	84.329.141
Variação prémios não adquiridos	(526.894)	635.788
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	18.100	(1.468.155)
Variação líquida de prémios não adquiridos	(508.794)	(832.367)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	97.709.583	83.496.774

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

	2008		2007	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	101.881.995	101.355.101	86.837.118	87.472.905
Outros	774.844	774.844	842.455	842.456
Total	102.656.839	102.129.945	87.679.573	88.315.361

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue

	2008		2007	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	4.438.462	4.420.362	3.350.432	4.818.587

21. 87

Nota 2 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	2008			2007		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Accident & Health	Other lines	Total
Sinistros pagos						
Montantes brutos	67.506.290	(2.154.702)	65.351.588	54.666.293	1.079.585	55.745.878
Parte dos resseguradores	-	-	-	(7.032)	-	(7.032)
	67.506.290	(2.154.702)	65.351.588	54.659.261	1.079.585	55.738.846
Variação da provisão para sinistros						
Montantes brutos	1.563.113	2.392.481	3.955.594	2.604.715	(511.039)	2.093.676
	1.563.113	2.392.481	3.955.594	2.604.715	(511.039)	2.093.676
Total antes custos imputados	69.069.403	237.779	69.307.182	57.263.976	568.546	57.832.522
Custos com Sinistros (imputados)	4.020.268	-	4.020.268	4.236.899	-	4.236.899
Total	73.089.671	237.779	73.327.450	61.500.875	568.546	62.069.421

Nota 3 – Outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A variação das outras provisões técnicas corresponde à variação da provisão para riscos em curso, para o ramo de acidentes e doença.

Nota 4 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2008	2007
Custos de aquisição - comissões	10.934.831	9.347.402
Custos de aquisição alocados	3.362.156	3.195.452
Variação dos custos de aquisição diferidos	(15.581)	(93.315)
Custos administrativos - comissões	137.272	96.756
Custos administrativos alocados	7.404.182	6.222.445
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(586.825)	(514.282)
Total	21.236.035	18.254.458

Nota 5 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	Eur	
	2008	2007
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	1.403.355	1.431.940
Rendimentos de depósitos bancários	703.085	83.360
	2.106.440	1.515.300

Nota 6 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas inclui um montante de Euro 99.000 (2007: Euro 74.000) relativos a custos operacionais imputados à gestão de investimentos.

Os gastos financeiros de juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondem ao custo dos juros relativos ao contrato de recompra (REPO) de obrigações com o Banco Comercial Português, S.A, feito em 2008, no montante de Euro 168.000 (ver nota 27).

Nota 7 – Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2008			2007		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	14.088	(176.775)	(162.687)	430.437	(35.920)	394.517
Obrigações de outros emissores	1.375	(58.489)	(57.114)	101	(9.285)	(9.184)
Acções	50.202	(1.427.628)	(1.377.426)	562.773	(1.286)	561.487
De investimentos disponíveis para venda	65.665	(1.662.892)	(1.597.227)	993.311	(46.491)	946.820
De empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	1.867	(182)	1.685
Total	65.665	(1.662.892)	(1.597.227)	995.178	(46.673)	948.505

Nota 8 – Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas dizem respeito a Activos detidos para negociação e são analisados como segue:

	Eur		
	Ganhos	(Perdas)	Total
2008	18.703	(17.524)	1.179
2007	-	-	-

Nota 9 – Imparidade de outros activos (líquida de reversões) e variação de outras provisões

A imparidade de outros activos (líquida de reversões) e a variação de outras provisões são analisadas como segue:

		<i>Eur</i>
	2008	2007
De devedores por operações de seguro directo e de resseguro	(1.005.126)	(188.633)
De outros devedores	(145.284)	-
Total imparidade	(1.150.410)	(188.633)
Outras provisões (variação)	(33.000)	-
Total	(1.183.410)	(188.633)

Nota 10 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro

Em 2007, a rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguros inclui o montante de Euros 1.194.000 relativo a anulação de uma provisão a comissões de co-seguro.

Nota 11 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2008	2007
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	298.443	398.290
Remunerações - pessoal	3.512.243	4.053.168
Encargos sobre remunerações	804.642	839.294
Benefícios pós emprego - planos benefícios definidos	220.321	264.091
Seguros obrigatórios	200.394	173.969
Gastos de acção social	21.996	33.222
Outros gastos	31.953	293.517
	5.089.992	6.055.551
Fornecimentos e serviços externos	9.157.593	7.307.292
Depreciações de activos tangíveis e imóveis		
Equipamento de transporte e outro equipamento	13.857	65.464
Equipamento informático	35.525	180.035
	49.382	245.499
Amortizações dos activos intangíveis		
Software	50.801	-
Outros	2.043	2.043
	52.844	2.043
Outros	535.970	118.714
Total	14.885.781	13.729.099

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem Impostos e taxas, Comissões e outros gastos decorrente da utilização de serviços bancários e um montante de Euros 468.000 (2007: Euros 340.000) relativos a Juros suportados.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2008	2007
Custos com sinistros	4.020.268	4.236.899
Custos de exploração		
Custos de aquisição	3.362.156	3.195.452
Custos administrativos	7.404.182	6.222.445
Custos com investimentos	99.175	74.302
Total	14.885.781	13.729.098

Em 31 de Dezembro de 2008, o número de colaboradores da Companhia ascendia a 122.

II.5 Notas ao balanço

Nota 12 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta corresponde a depósitos bancários.

Nota 13 – Activos financeiros detidos para negociação

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta diz respeito a contratos de *forward*, sendo analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2008	2007
Justo valor	2.259	2.291
Valor nocional	28.800	146.819

Nota 14 – Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2008			2007		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total
Dívida pública	11.418.602	304.068	11.722.670	14.246.532	(443.219)	13.803.313
Obrigações de outros emissores	19.114.298	(1.064.149)	18.050.149	18.289.320	(330.430)	17.958.890
Ações	4.867.300	39.285	4.906.585	3.024.870	(109.206)	2.915.664
Juros a receber	498.947	-	498.947	517.215	-	517.215
Total	35.899.147	(720.797)	35.178.350	36.077.937	(882.855)	35.195.082

Nota 15 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

Nota 16 – Outros activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2008	2007
Equipamento		
Equipamento informático	695.860	751.833
Equipamento administrativo	880.702	880.702
Outro equipamento	242.225	235.991
	1.818.787	1.868.526
Amortizações acumuladas	(1.729.226)	(1.679.844)
Saldo líquido	89.561	188.682

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	<i>Eur</i> Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	751.833	880.702	235.991	1.868.526
Aquisições	8.211	-	6.234	14.445
Transferências	(64.184)	-	-	(64.184)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	695.860	880.702	242.225	1.818.787
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	(585.751)	(865.849)	(228.244)	(1.679.844)
Amortizações do exercício	(35.525)	(10.544)	(3.313)	(49.382)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(621.276)	(876.393)	(231.557)	(1.729.226)
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2007	166.082	14.853	7.747	188.682
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2008	74.584	4.309	10.668	89.561

Nota 17 – Outros activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Software	Outros	<i>Eur</i> Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	1.021.729	20.426	1.042.155
Aquisições	6.227	-	6.227
Transferências	64.184	-	64.184
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	1.092.140	20.426	1.112.566
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	(985.726)	(17.362)	(1.003.088)
Amortizações do exercício	(50.801)	(2.043)	(52.844)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(1.036.527)	(19.405)	(1.055.932)
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2007	36.003	3.064	39.067
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2008	55.613	1.021	56.634

27

Nota 18 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur		
	2008		
	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	8.518.741	-	8.518.741
Provisão para sinistros	15.779.860	21.905	15.801.765
Provisão para riscos em curso	777.356	-	777.356
Total bruto	25.075.957	21.905	25.097.862
Provisão para prémios não adquiridos	27.517	-	27.517
Total resseguro	27.517	-	27.517
Saldo líquido	25.048.440	21.905	25.070.345

	Eur		
	2007		
	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	8.007.428	-	8.007.428
Provisão para sinistros	14.214.885	21.387	14.236.272
Provisão para riscos em curso	1.035.335	-	1.035.335
Total bruto	23.257.648	21.387	23.279.035
Provisão para prémios não adquiridos	9.418	-	9.418
Total resseguro	9.418	-	9.418
Saldo líquido	23.248.230	21.387	23.269.617

A provisão para sinistros, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 13.972.000 (2007: Euros 12.792.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2008 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 249.000 (2007: Euros 308.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

	Eur	
	2008	2007
Provisão para prémios não adquiridos	8.664.474	8.137.581
Custos de aquisição diferidos	(145.733)	(130.153)
Saldo líquido	8.518.741	8.007.428

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

	Eur	
	2008	2007
Custos de aquisição diferidos, 1 de Janeiro	130.153	36.837
Custos de aquisição do ano	145.733	130.153
Amortização dos custos de aquisição	(130.153)	(36.837)
Custos de aquisição diferidos, 31 de Dezembro	145.733	130.153

Nota 19 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros ("CCT"). Adicionalmente a Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia.

A avaliação actuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efectuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2008	2007
Número de participantes		
Activos	122	130
Reformados e Pensionistas	2	2
	124	132

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	2008	2007
Taxa de desconto	5,75%	5,35%
Taxa de crescimento salarial	3,25%	3,25%
Taxa de rendimento esperada do fundo	5,81%	6,30%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2,25%
Tábua de mortalidade:		
Homens	TV73/77 - 1 ano	TV73/77 - 1 ano
Mulheres	TV88/90 - 2 anos	TV 88/90
Método actuarial	Project Unit Credit	Project Unit Credit

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2008 e 2007, são como segue:

	2008			2007		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades por benefícios	(4.642.586)	(444.187)	(5.086.773)	(3.947.444)	(434.472)	(4.381.916)
Justo valor dos activos do fundo	4.656.872	-	4.656.872	4.419.091	-	4.419.091
Valor líquido	14.286	(444.187)	(429.901)	471.647	(434.472)	37.175
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidos	948.837	(308.518)	640.319	(416.311)	(272.782)	(689.093)
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	963.123	(752.705)	210.418	55.336	(707.254)	(651.918)

No seguimento de deliberação da Comissão Executiva, datada de 23 de Novembro de 2006, os empregados admitidos até 22 de Setembro de 2006 mantêm, nos termos do Plano Complementar, os benefícios estabelecidos dentro do plano (de benefício definido), estabelecido no termos do Contrato colectivo nº72 – fundo pensões 'Horizonte Valorização'.

9

29

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação actuarial efectuada em cada ano.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é analisado como segue:

	2008			2007		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	3.947.444	434.472	4.381.916	2.650.945	452.404	3.103.349
Custo do serviço corrente	239.234	36.347	275.581	241.643	50.990	292.633
Custo dos juros	209.062	23.175	232.237	122.787	21.017	143.804
Pagamentos efectuados pelo fundo ou pela Companhia	(113.213)	(2.604)	(115.817)	(183.076)	(2.648)	(185.724)
(Ganhos)/ perdas actuariais	355.321	(47.203)	308.118	1.519.446	(87.291)	1.432.155
Transferências entre fundos	4.738	-	4.738	(404.301)	-	(404.301)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	<u>4.642.586</u>	<u>444.187</u>	<u>5.086.773</u>	<u>3.947.444</u>	<u>434.472</u>	<u>4.381.916</u>

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são como segue:

	2008			2007		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Custo do serviço corrente	239.234	36.347	275.581	241.643	50.990	292.633
Custo dos juros	209.062	23.175	232.237	122.787	21.017	143.804
Rendimento esperado do fundo	(276.030)	-	(276.030)	(172.346)	-	(172.346)
Amortização dos ganhos / (perdas) actuariais não reconhecidos	-	(11.467)	(11.467)	-	-	-
Programas de reformas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Custo do exercício	<u>172.266</u>	<u>48.055</u>	<u>220.321</u>	<u>192.084</u>	<u>72.007</u>	<u>264.091</u>

A variação do fundo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é analisada como segue:

	Eur	
	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	4.419.091	2.926.750
Contribuições da Companhia	1.080.053	292.525
Pagamentos efectuados pelo fundo	(113.213)	(183.076)
Retorno esperado do fundo	276.030	172.346
Ganhos/(Perdas) Actuariais do fundo	(1.009.827)	1.614.847
Transferências entre fundos	4.738	(404.301)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>4.656.872</u>	<u>4.419.091</u>

Os ganhos e perdas actuariais em 2008 e 2007, são analisadas como segue:

	2008			2007		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
(Ganhos)/ perdas actuariais no início do exercício	(416.311)	(272.782)	(689.093)	(320.910)	(185.491)	(506.401)
(Ganhos)/ perdas actuariais nas responsabilidades	355.321	(47.203)	308.118	1.519.446	(87.291)	1.432.155
(Ganhos)/perdas actuariais do fundo	1.009.827	-	1.009.827	(1.614.847)	-	(1.614.847)
Amortização dos ganhos / (perdas) actuariais não reconhecidos	-	11.467	11.467	-	-	-
(Ganhos)/ perdas actuariais no final do exercício	948.837	(308.518)	640.319	(416.311)	(272.782)	(689.093)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os ganhos actuariais resultantes de alterações dos pressupostos actuariais foram de Euros 275.000 e Euros 99.000 respectivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efectuadas pela Companhia ascenderam a Euros 1.080.000 (2007: Euros 293.000), as quais foram na sua totalidade efectuadas em dinheiro.

Os Activos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2008			2007		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas balanço em 1 Janeiro	55.336	(707.254)	(651.918)	(45.105)	(637.895)	(683.000)
Custo normal do ano	(172.266)	(48.055)	(220.321)	(192.084)	(72.007)	(264.091)
Contribuições dos empregados e outras contribuições	<u>1.080.053</u>	<u>2.604</u>	<u>1.082.657</u>	<u>292.525</u>	<u>2.648</u>	<u>295.173</u>
Activos/(responsabilidades) líquidas balanço 31 Dezembro	963.123	(752.705)	210.418	55.336	(707.254)	(651.918)

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos activos do fundo são analisadas como segue:

	Eur			
	2008	2007	2006	2005
Responsabilidades por benefícios	(5.086.773)	(4.381.916)	(3.103.349)	(3.195.401)
Justo valor dos activos do fundo	<u>4.656.872</u>	<u>4.419.091</u>	<u>2.926.750</u>	<u>2.721.324</u>
Valor líquido	(429.901)	37.175	(176.599)	(474.077)
Ganhos e (perdas) actuariais não reconhecidos	<u>(640.319)</u>	<u>689.093</u>	<u>506.401</u>	<u>96.092</u>
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	(210.418)	651.918	683.000	570.169

Os activos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	Eur	
	2008	2007
Títulos de rendimento variável	2.011.543.442	3.047.027.839
Títulos de rendimento fixo	2.133.379.774	2.025.109.274
Terrenos e edifícios	385.213.975	390.250.469
Outros	<u>833.315.486</u>	<u>195.411.123</u>
	5.363.452.677	5.657.798.705

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões BCP, do qual a Médís representa apenas cerca de 0,09% (2007: 0,08%) do total do fundo.

Os títulos emitidos pela Companhia Banco Comercial Português, S.A. contabilizados na carteira de investimentos do Fundo, são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2008	2007
Titulos de rendimento variável	61.901.080	230.658.533
Titulos de rendimento fixo	366.784.860	157.091.021
	428.685.940	387.749.554

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os imóveis registado nas demonstrações financeiras do fundo e utilizados pela Companhia ascendem a Euros 31.457.000 (2007: Euros 31.668.000).

Nota 20 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2008	2007
Tomadores de seguros	6.528.804	8.168.841
Mediadores de seguros	228.184	6.340
Resseguradores	7.417.371	7.667.617
Estado e outros entes públicos	-	39.272
	14.174.359	15.882.070
Imparidade	(1.088.777)	(2.093.903)
Total	13.085.582	13.788.167
Outros devedores	202.422	259.446
Imparidade	(10.018)	(155.302)
Total Outros devedores	192.404	104.144
Total	13.277.986	13.892.311

Na rubrica Devedores por operações de seguro directo - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 2.588.000 (2007: Euros 1.789.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euros 1.970.000 (2007: Euros 1.260.000) dizem respeito a contratos de seguro com prémios em atraso, estando o risco de não cobrança destes valores coberto pelo reconhecimento de uma perda por imparidade.

Na rubrica Outros devedores encontra-se ainda registado o montante de Euros 3.882.000 (2007: Euro 6.275.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre a Companhia e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	2008		2007	
	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros
Saldo no início do ano	2.093.903	155.302	2.282.536	155.302
Reversões	(1.005.126)	(145.284)	(494.227)	-
Dotação do exercício	-	-	305.595	-
Saldo no final do ano	1.088.777	10.018	2.093.903	155.302

Nota 21 – Impostos correntes e Impostos diferidos

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2008 e 2007 foi apurado pela Companhia com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 26,5%, a qual corresponde à taxa nominal aprovada à data de balanço.

As declarações de autoliquidação das subsidiárias da Companhia ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração das subsidiárias da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisados como segue:

	Activos		Passivos		Líquido	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Activos financeiros	67.649	224.533	-	-	67.649	224.533
Provisões	176.691	215.193	-	-	176.691	215.193
Outros	-	30.281	(4.125)	-	(4.125)	30.281
Impostos diferidos activos/ (passivos)	244.340	470.007	(4.125)	-	240.215	470.007
Líquido de activos/ passivos	(4.125)	-	4.125	-	-	-
Impostos diferidos activos/ (passivos)	240.215	470.007	-	-	240.215	470.007

O movimento do imposto diferido de balanço em 2008, foi reconhecido como segue:

	2008	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor
Activos financeiros	-	(156.884)
Provisões	(38.502)	-
Outros	(34.406)	-
Impostos diferidos activos/ (passivos)	(72.908)	(156.884)

9

A. 97

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2008 e 2007 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2008	2007
Imposto corrente	(1 375 856)	(1.400.463)
Imposto diferido	(72.908)	(509 307)
Total do imposto reconhecido em resultados	(1.448.764)	(1.909.770)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2008	2007
Resultado antes de impostos	4.716.778	6.289.977
Taxa de imposto	26,5%	26,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	1.249.946	1.666.844
Dividendos excluídos de tributação	(5.933)	-
Tributação autónoma	16.135	8.292
Outras diferenças permanentes	188.616	234.634
	1.448.764	1.909.770

Durante o ano de 2008, a legislação fiscal aplicável às Companhias de seguros em Portugal foi alterada.

Nota 22 – Outros passivos financeiros

Os Outros passivos inclui o valor das responsabilidades inerentes ao contrato de recompra (REPO) de investimentos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A. no montante de Euro 1.976.000. Os activos incluídos no termo do acordo, não foram desreconhecidos nas Demonstrações financeiras da Médís, uma vez que não houve transferência de riscos e benefícios inerentes à posse desses investimentos (ver nota 27).

Nota 23 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2008	2007
Tomadores de seguros e intermediários	1.250.198	417.644
Resseguradores	1.240.190	1.210.938
Credores por operações seguro e resseguro	2.490.388	1.628.582
IVA e outros impostos a pagar	228.172	210.220
Outros saldos a pagar	626.653	677.650
Outros credores	854.825	887.870
Total	3.345.213	2.516.452

Nota 24 – Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta corresponde a acréscimos de gastos.

Nota 25 – Afectação de investimentos e outros activos

Em 31 de Dezembro de 2008, a afectação dos investimentos e outros activos à cobertura das provisões técnicas é analisada como se segue:

	2008		Eur
	Afectos a contratos de seguro	Não afectos	Total
Caixa e equivalentes	2.012.942	20.726	2.033.668
Activos financeiros detidos para negociação	-	2.259	2.259
Investimentos disponíveis para venda	30.399.639	4.778.711	35.178.350
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.984.579	10.000.000	11.984.579
Outros activos tangíveis	21.339	68.222	89.561
Outros activos/passivos financeiros	(911.661)	-	(911.661)
Total	33.506.839	14.869.918	48.376.756
 Provisões técnicas	 25.097.862	 -	 25.097.862
Excesso / (insuficiência)	8.408.977	14.869.918	23.278.894

Em 31 de Dezembro de 2007 a representação das provisões técnicas enviada ao Instituto de Seguros de Portugal foi feito de acordo com o anterior Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 94"), não podendo ser feito o paralelo em termos de activos / passivos para que a informação possa ser reportada de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07").

O Outros activos / passivos financeiros incluem os valores referentes ao acordo de venda e recompra (REPO) de activos de rendimento fixo celebrado com o Banco Comercial Português, S.A.

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

Nota 26 – Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor

Capital

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social da Médís, encontra-se representado 2.400.000 acções com o valor nominal de Euro 5 cada. A Sociedade é detida a 100% pela Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Médís tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social.

Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota II.1.

A movimentação ocorrida na reserva de justo valor, antes de impostos, em 2008 e 2007 foi como segue:

		<i>Eur</i>
	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	(882.855)	85.797
Ajustamentos no justo valor	(1.274.715)	(13.384)
Vendas	1.436.773	(955.268)
Saldo em 31 de Dezembro	(720.797)	(882.855)

A reserva de justo valor é analisada como se segue:

		<i>Eur</i>
	2008	2007
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	35.899.147	36.077.937
Imparidade	-	-
Custo amortizado investimentos disponíveis para venda líquido imparidade	35.899.147	36.077.937
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	35.178.350	35.195.082
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	(720.797)	(882.855)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	191.011	347.895
Reserva de reavaliação, líquida de impostos	(529.786)	(534.960)

O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2008 é analisado como se segue:

Eur									
Reservas de reavaliação									
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido	Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação de justo valor	-	(720.797)	191.011	(529.786)	-	-	-	-	(529.786)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.268.014	3.268.014
Resultados transitados	-	-	-	-	-	13.709.478	-	-	13.709.478
Outras reservas	-	-	-	-	2.431.715	-	11.057	-	2.442.772
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	12.000.000	(720.797)	191.011	(529.786)	2.431.715	13.709.478	11.057	3.268.014	30.890.478

O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2007 é analisado como se segue:

Eur									
Reservas de reavaliação									
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido	Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação de justo valor	-	(882.855)	347.895	(534.960)	-	-	-	-	(534.960)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.380.207	4.380.207
Resultados transitados	-	-	-	-	-	11.635.658	-	-	11.635.658
Outras reservas	-	-	-	-	2.025.328	-	11.057	-	2.036.385
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	12.000.000	(882.855)	347.895	(534.960)	2.025.328	11.635.658	11.057	4.380.207	29.517.290

II.7 Outras notas

Nota 27 - Transacções com partes relacionadas

O valor das transacções da Companhia com partes relacionadas e as remunerações do Conselho de Administração, são analisados como segue:

	Eur	
	2008	2007
Remunerações	298.443	398.290
Contribuições para fundos de pensões	45.268	56.936
	343.711	455.226

As transacções com a Companhia Banco Comercial Português SA., são referentes, nomeadamente, a investimentos, comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., pela distribuição dos produtos da Companhia e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E., por serviços partilhados.

As transacções com a F&C, estão relacionadas com comissões a pagar à F&C relativas à gestão da carteira de títulos da Companhia.

A análise das transacções com partes relacionadas em 2008 e 2007, é analisada como segue:

	Eur				
Balanço	Grupo BCP	Fundo de pensões	F&C	Ocidental Seguros	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.033.668	-	-	-	2.033.668
Empréstimos concedidos e contas receber	11.984.579	-	-	-	11.984.579
Activos financeiros disponíveis para venda	99.643	-	-	-	99.643
Outros activos	-	210.417	-	7.330.552	7.540.969
Total do activo 2008	14.117.890	210.417	-	7.330.552	21.658.859
Provisões técnicas	-	-	-	20.684.346	20.684.346
Outros passivos	1.975.518	-	-	-	1.975.518
Total do passivo 2008	1.975.518	-	-	20.684.346	22.659.864
Líquido Activo / (Passivo)	12.142.372	210.417	-	(13.353.794)	(1.001.005)

	Eur				
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Fundo de pensões	F&C	Ocidental Seguros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	-	-	-	89.410.287	89.410.287
Dividendos e juros a receber	212	-	-	-	212
Total de proveitos 2008	212	-	-	89.410.287	89.410.499
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	-	-	-	(59.774.948)	(59.774.948)
Custos de aquisição, líquidos	-	-	-	(9.855.271)	(9.855.271)
Gastos gerais e administrativos	(3.624.959)	(220.321)	(45.908)	-	(3.891.188)
Total de custos 2008	(3.624.959)	(220.321)	(45.908)	(69.630.219)	(73.521.407)
Líquido Proveitos / (Custos)	(3.624.747)	(230.321)	(45.908)	19.780.068	15.889.092

	Eur				
Balanço	Grupo BCP	Fundo de Pensões	F&C	Ocidental Seguros	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.665.662	-	-	-	7.665.662
Activos financeiros disponíveis para venda	3.041	-	-	-	3.041
Outros activos	-	651.920	-	7.667.617	8.319.537
Total do activo 2007	7.668.703	651.920	-	7.667.617	15.988.240
Provisões técnicas	-	-	-	19.566.332	19.566.332
Outros passivos	-	-	1.936	-	1.936
Total do passivo 2007	-	-	1.936	19.566.332	19.568.268
Líquido Activo / (Passivo)	7.668.703	651.920	(1.936)	(11.898.716)	(3.580.029)

	Eur				
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Fundo de Pensões	F&C	Ocidental Seguros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	4.244.821	-	-	80.115.754	84.360.575
Dividendos e juros a receber	21.566	-	-	-	21.566
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	3.153	-	-	-	3.153
Total de proveitos 2007	4.269.540	-	-	80.115.754	84.385.294
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(4.404.598)	-	-	(51.318.052)	(55.722.650)
Custos de aquisição, líquidos	-	-	-	(8.689.672)	(8.689.672)
Gastos gerais e administrativos	(5.302.446)	(264.092)	(39.258)	-	(5.605.796)
Total de custos 2007	(9.707.044)	(264.092)	(39.258)	(60.007.724)	(70.018.118)
Líquido Proveitos / (Custos)	(5.437.504)	(264.092)	(39.258)	20.108.030	14.367.176

Em 2008, a Médís fez um acordo de venda e recompra (REPO) de títulos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A, no montante de Euro 1.976.000. Os activos vendidos e recomprados nos termos do acordo não foram desreconhecidos pela Médís, uma vez que não houve transferência de riscos e benefícios inerentes à posse desses títulos.

Nota 28 – Gestão de riscos

Uma gestão de risco saudável é um dos pilares de suporte a uma estratégia de crescimento rentável e sustentável, e consequentemente uma competência nuclear na Médís. Como parte da sua governação, a Médís adoptou uma estrutura organizacional de gestão de riscos baseada na estrutura em vigor no Grupo Fortis. O objectivo primário é o desenvolvimento e implementação de uma estrutura de gestão de riscos que permita assegurar e atingir o equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, dos accionistas, dos reguladores, das agências de avaliação de rating e das restantes partes interessadas. A estrutura da gestão de riscos está inerente a todos os níveis dentro da Companhia.

Taxonomia de riscos:

Em linha com as políticas e princípios de gestão dos riscos do Grupo Fortis, a Médís centralizou as várias funções relacionadas com a gestão dos riscos, através de reporte directo ao Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO), o qual é também responsável pelo risco (CRO). Na mesma altura, o Grupo adoptou a taxonomia standard da Fortis na gestão dos principais riscos:

Risco operacional	Risco de investimento	Risco específico de seguros
Risco evento	Risco de crédito	Risco específico do ramo não vida
Risco negócio	Risco de mercado	
	Risco de liquidez	

a) *Risco operacional*

Qualquer instituição, incluindo as instituições financeiras, estão sujeitas a Risco Operacional consequência, da incerteza inerente ao negócio, e do processo de tomada de decisão. Para efeitos de reporte e monitorização, o Risco Operacional pode ser dividido em duas categorias, risco de Evento e risco de Negócio.

O risco de evento compreende o risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou devido a eventos externos. Esta definição de risco de evento inclui o risco legal e de compliance, excluindo o risco estratégico e reputacional.

O risco de negócio é o risco de “estar no negócio” e compreende o risco da perda devido a mudanças no ambiente estrutural e/ou competitivo. Tem uma natureza essencialmente externo podendo, mesmo assim, ser mitigado por boas práticas de gestão.

A função de gestão do risco operacional da Millenniumbcp Fortis particularmente a Médis, integrada no departamento de Gestão de Risco, continua a implementar as melhores praticas de gestão do risco Operacional mediante a introdução dos princípios e metodologias em vigor no Grupo Fortis. Em particular, a implementação de uma estrutura de gestão de risco operacional e gestão de controlo, cobrindo todos os níveis do risco operacional. A estrutura de risco operacional e gestão de controlo (ORMC) inclui apólices para o controlo do risco operacional, para a identificação, avaliação, mensuração e reporte destes riscos e para a sua mitigação.



A implementação desta estrutura contribui para o aumento da consciência relativamente ao risco operacional, assim como a eficiência da sua monitorização, mensuração e necessidades de capital. Para que esta abordagem tenha sucesso, será necessário implementar uma gestão de risco transversal à organização e definir uma política de mitigação apropriada, tendo em consideração o processo de negócio inerente à Médis.

Para a efectiva e eficiente identificação e gestão dos riscos operacionais, a Millenniumbcp Fortis já implementou algumas ferramentas e técnicas:

- As Avaliações de Risco são efectuadas periodicamente no negócio e suportam funções que asseguram uma visão desenvolvida do perfil de risco operacional. Isto consiste numa avaliação de risco ascendente com o objectivo da identificação e avaliação do risco operacional no contexto organizacional e de processo;
- O Plano de Continuidade de Negócio é um processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para uma organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efectiva que salvede a reputação, os interesses dos seus stakeholders, marca e valor criando actividades;
- Segurança de Informação que define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as directivas de informação de segurança aplicadas através da Millenniumbcp Fortis;
- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo

de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano.

b) Risco de investimento

O Risco de Investimento, é composto por três riscos: crédito, mercado e liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito deve ser entendido como o risco decorrente da incapacidade de um emissor cumprir os termos contratados ou de alguma forma falhar esses termos.

No contexto da Médís, este risco é essencialmente relevante nas suas carteiras de investimentos financeiros, através da sua exposição a obrigações, em que estamos investidos para benefício quer dos segurados, quer dos nossos accionistas. Este risco é gerido através da implementação de uma política de crédito que contém um conjunto de princípios, normas, directrizes e procedimentos para efeitos de identificação, mensuração e reporte.

A Médís está, igualmente, exposta a risco de crédito, através dos tratados de resseguro, mas relativamente a estes, a Millenniumbcp Fortis assegura-se que os mesmos são colocados em instituições de elevada qualidade creditícia.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento repartida por “Investimentos disponíveis para venda”, “investimentos ao justo valor através de resultados” e “carteira de negociação”, por tipo de activo:

Carteira de Investimento	2008		2007	
	Valor	%	Valor	%
Activos financeiros disponíveis para venda	34.679.404	100,0%	34.677.867	100,0%
Dívida pública	11.722.670	33,8%	13.803.313	39,8%
Obrigações	18.050.149	52,0%	17.958.890	51,8%
Acções	750	0,0%	166.479	0,5%
Fundos de investimento:				
Obrigações	97.782	0,3%	91.460	0,3%
Acções	399.711	1,2%	1.943.095	5,6%
Imobiliário	4.408.342	12,7%	714.630	2,1%
Outros activos/(passivos)	(1.973.259)	100,0%	2.291	100,0%
Derivados de negociação	2.259	-0,1%	2.291	100,0%
Repo	(1.975.518)	100,1%	-	0,0%
Total	32.706.145		34.680.158	

Um dos objectivos da política de investimento da Companhia é mitigar o risco de crédito subjacente através da diversificação da carteira, por sector, mercado e país.

As acções detidas pela Companhia podem ser decompostas por tipo de sector:

Acções por tipo de indústria	2008		2007	
	Valor	%	Valor	%
Sectores básicos e energéticos	-	0,0%	165.729	99,5%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	0,5%
	750	100,0%	166.479	100,0%

As obrigações detidas pela Companhia podem ser decompostas por tipo de sector:

Obrigações por tipo de indústria	Activos financeiros disponíveis para venda		Eur	
	2008		2007	
	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	11.722.670	39,4%	13.803.313	43,5%
Instituições financeiras	16.863.315	56,6%	16.374.822	51,6%
Operações de securitização	-	0,0%	37.762	0,1%
Comunicações	400.135	1,3%	749.331	2,36%
Diversos	786.699	2,6%	796.975	2,51%
	29.772.819	100,0%	31.762.203	100,0%

O quadro seguinte mostra a qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de todas as obrigações (com base em *ratings* externos):

Obrigações por notação de Rating	Activos financeiros disponíveis para venda				Eur
	2008		2007		
	Valor	%	Valor	%	
AAA	9.622.027	32,3%	11.801.868	37,2%	
AA	8.408.259	28,2%	10.506.696	33,1%	
A	9.469.074	31,8%	8.156.614	25,7%	
BBB	2.273.459	7,6%	1.297.025	4,1%	
Total	29.772.819	100,0%	31.762.203	100,0%	
Dívida pública - AFDV	11.722.670	39,4%	13.803.313	43,5%	
Obrigações - AFDV	18.050.149	60,6%	17.958.890	56,5%	
Total	29.772.819	100,0%	31.762.203	100,0%	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pela Companhia, podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

Fundos de investimento por zona geográfica	EUR			
	Portugal	Luxemburgo	Total	%
Obrigações	-	97.782	97.782	2,0%
Acções	-	399.711	399.711	8,1%
Imobiliário	4.408.342	-	4.408.342	89,9%
Total em Dezembro 2008	4.408.342	497.493	4.905.835	100,0%
Obrigações	-	91.460	91.460	3,3%
Acções	-	1.943.095	1.943.095	70,7%
Imobiliário	714.630	-	714.630	26,0%
Total em Dezembro 2007	714.630	2.034.555	2.749.185	100,0%

Risco de mercado

O Risco de Mercado corresponde ao risco de perdas significativas resultantes de variações adversas do mercado, dos preços das acções, das taxas de juro, das taxas de câmbio e do valor do imobiliário. A Médís reconhece que tal risco é inevitável, sendo consequência do tipo de negócio que explora, mas que, um determinado nível de risco de mercado é aceitável, sendo benéfico em prol dos seus segurados e accionistas.

O Risco de Mercado é dividido em dois tipos diferentes, risco de *ALM* e risco de *trading*, dependendo do propósito do investimento. Se o investimento for realizado com um propósito de realização de mais-valias a curto prazo está associado a risco de *trading*, qualquer investimento com propósito diferente será associado a risco de *ALM*.

A Médís controla o risco ALM através de indicadores de exposição ao risco, tais como:

- Análises Cash-Flow gap, as quais ilustram o perfil de exposição às taxas de juro ao longo do tempo e são utilizadas para quantificar e comparar a sensibilidade dos activos e passivos nos diferentes intervalos de tempo, bem como analisar o *mismatch* entre activos e passivos para as diferentes maturidades;
- Análises de sensibilidade às taxas de juro, que indicam quanto pode variar o valor de mercado dos activos e das passivos por ponto base de alteração da curva de taxas de juro. São feitos testes para cenários de +/-100bp aplicados ao justo valor;
- "Duration", a qual é utilizada como um indicador chave para o risco de taxa de juro: Reflecte a sensibilidade a uma pequena variação paralela da curva das taxas de juro;
- "Earnings at risk", que é um indicador que simula o efeito de alteração das taxas de juro nos resultados futuros;
- "Value at Risk" (VaR), que calcula a perda potencial gerada por variações dos preços e das taxas de juro. Para a determinação do Capital Económico, o VaR é calculado com base num horizonte temporal de um ano e num grau de confiança de 99,97%.

O Comité de Risco monitoriza, trimestralmente, o risco do capital económico do ALM (Ecap)/ indicadores de retorno e posição assim como o Capital Económico. Neste comité é também revista a estratégia de alocação de activos das companhias seguradoras, e em particular a definição estratégica óptima de alocação de activos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco da Companhia se tornar incapaz de:

- honrar os seus compromissos financeiros para com os segurados e outros credores sem que para tal tenha que incorrer em perdas inaceitáveis;
- realizar activos para financiar as seus compromissos financeiros, como e quando eles ocorrerem, tanto em circunstâncias normais de mercado, como em situações desfavoráveis.

Ou seja, o risco resultante da Companhia, embora solvente, não dispor de recursos disponíveis para cumprir os seus compromissos quando estes ocorrem, ou que para o fazer, tenha de incorrer numa perda excessiva. A gestão deste risco assenta na combinação de uma gestão de recursos e simultaneamente, na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de activos com elevado grau de liquidez.

O quadro seguinte foi preparado tendo por base tanto as disposições legais como as contratuais e, de forma a incluir as responsabilidades relativas a contratos de seguros, cuja afectação por prazo resulta da análise feita ao run-off das mesmas.

Em 31 Dezembro de 2008, a posição era a seguinte;

	Eur						
Risco de liquidez 2008	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	sem Maturidade	Total
Activos financeiros a taxa fixa	-	-	2.804.965	6.987.556	8.799.886	-	18.593.407
Activos financeiros a taxa variável	1.210.683	2.240.384	1.055.070	4.012.996	3.169.226	-	11.688.359
Outros activos financeiros	18.405.335	5.187.340	3.533.466	54.924	115.168	4.908.843	32.205.076
Activos financeiros	19.616.018	7.427.724	7.393.501	11.055.476	12.075.280	4.908.843	62.476.842
Activos não financeiros	4.132	6.259	26.230	352.371	230.434	58.469	677.895
Total de activos	19.620.150	7.433.983	7.419.731	11.407.847	12.305.714	4.967.312	63.154.737
Outros passivos financeiros	1.022.962	1.442.959	2.831.271	19.332	3.005	1.202	5.320.731
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	1.022.962	1.442.959	2.831.271	19.332	3.005	1.202	5.320.731
Passivos não financeiros	1.592.718	3.500.999	10.737.911	7.691.274	3.420.626	-	26.943.528
Total de passivos	2.615.680	4.943.958	13.569.182	7.710.606	3.423.631	1.202	32.264.259

Risco de câmbio

Qualquer produto financeiro é denominado numa determinada moeda. O risco de câmbio advém de possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência da Médís, ou seja, o Euro.

A Companhia definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O balanço da Companhia tem a seguinte exposição por moeda:

			<i>Eur</i>
Risco cambial 2008	EUR	USD	Total
Investimentos	35.151.979	26.371	35.178.350
Outros activos	27.976.387	-	27.976.387
Total de activos	63.128.366	26.371	63.154.737
Passivo	32.264.259	-	32.264.259
Total de passivos	32.264.259	-	32.264.259

			<i>Eur</i>
Risco cambial 2007	EUR	USD	Total
Investimentos	35.154.419	40.663	35.195.082
Outros activos	22.269.020	-	22.269.020
Total de activos	57.423.439	40.663	57.464.102
Passivo	27.946.812	-	27.946.812
Total de passivos	27.946.812	-	27.946.812

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o justo valor dos activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

		<i>Eur</i>
	2008	2007
Activo		
Caixa e disponibilidades	2.033.668	7.665.662
Empréstimos e contas a receber	11.984.579	-
Devedores por operações de seguro directo, resseguro e outros	13.277.986	13.892.311
Total	27.296.233	21.557.973
Passivo		
Outras responsabilidade Financeiras	1.975.518	-
Credores por operações de seguro directo, resseguro e outros	3.345.213	2.516.452
Total	5.320.731	2.516.452

c) Risco específico de seguros

Devido à natureza particular da actividade seguradora, parte do risco da subscrição é transferido do segurado para a seguradora. Enquanto que ao nível do segurado este risco pode ser aleatório e portanto imprevisível, uma das principais funções da companhia é agrupar esses riscos individuais em carteiras onde os custos com sinistros e as suas variações potenciais podem ser analisados e modelizados. As companhias seguradoras definem prémios, reservas e requisitos de capital (solvência) com base na percepção dos custos médios com sinistros e de como é que estes podem variar. Analisar, monitorizar e estimar estes custos são actividades essenciais na gestão do risco de seguro. A incerteza inerente às despesas futuras e as taxas de resgate fazem também parte do risco de seguro, dado o seu potencial impacto nos sinistros e requisito de provisões.

O risco específico de seguros abrange todos os riscos inerentes à actividade seguradora, com excepção dos que são abrangidos no âmbito do risco de investimento ou do risco operacional

Os seguros Não Vida, estão sujeitos ao risco de seguro através da incerteza relativa aos sinistros. Em particular, para os seguros de saúde, a incerteza dos custos está também relacionada com variações nos custos médicos. As taxas de invalidez podem também ser incluídas no risco de longevidade quando os produtos são vitalícios, como sejam, pensões de acidentes de trabalho e algumas apólices de saúde.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de factores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos activos e das responsabilidades.

Análises de Sensibilidade	Eur	
	Impacto no Resultado antes Impostos 31.12.2008	Impacto no Resultado antes Impostos 31.12.2007
Custos de Exploração -10%	2.182.286	1.876.874
Custos com sinistros +5%	(3.666.373)	(3.103.823)

O justo valor das responsabilidades é determinado como o valor actual líquido dos fluxos futuros, considerando para o efeito o valor das opções embutidas, nomeadamente a distribuição de resultados. A valorização é realizada com base em princípios de mercado, i.e., os fluxos resultantes dos contratos de seguro são descontados à taxa de juro sem risco, enquanto os fluxos adicionais, como por exemplo a participação nos resultados, são valorizados com base em princípios de risco neutros.

Gestão do risco de seguro

A Companhia gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de *pricing*, de provisionamento e de resseguro.

O departamento de Actuariado é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e directrizes definidas a nível da Médis. O Comité de Risco analisa e aprova regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas. De destacar ainda que a gestão do risco específico dos seguros é gerida em conjunto com outros riscos incluindo o ALM e a definição de tratados de resseguros. Neste sentido, outros departamentos, como Gestão do Risco, Resseguro e Investimentos são também envolvidos no processo.

Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão do risco. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento actuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

Pricing

A Millenniumbcp Fortis tem como objectivo definir prémios que proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com os sinistros (e outros custos) e o custo do capital. Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori como à posteriori.

Os factores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus *timings*;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com distribuição, marketing, gestão de apólices e gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objectivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Médis que existem activos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best-estimate*), i.e., calculadas sob uma base económica com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é feita regularmente, pelos actuários responsáveis, sendo nomeadamente, as provisões do ramo não vida certificadas anualmente por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, a Médis celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros. A selecção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

A estratégia de resseguro é coordenada centralmente pelo Grupo Fortis para otimizar as condições dos tratados e, sempre que tal se justifique, o resseguro é canalizado através da Fortis Reinsurance, uma resseguradora do Grupo, no sentido de beneficiar da diversificação a nível do Grupo.

O principal objectivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias linha de negócio é resumida de seguida:

Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção líquida
Negócio Saúde (Munich)	Quota Share	Ilimitado	20%
Negócio Saúde (Navarra Acunsa)	Quota Share	Ilimitado	0%

Risco específico de Seguro

Risco específico do ramo Não Vida

O risco de sinistros no ramo não vida é relativo à incerteza das perdas efectivas decorrentes do ramo de saúde. O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um factor importante a ter em conta na constituição de provisões. Os sinistros de prazo curto, em geral são comunicados e liquidados em pouco tempo.

As provisões para sinistros dos seguros de saúde são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para sinistros futuros. Em geral, a Companhia constitui provisões para sinistros por produto, cobertura e ano de acidente e toma em linha de conta as projecções futuras dos sinistros reportados descontados e também a estimativa dos sinistros ainda não declarados. São ainda considerados os montantes das despesas com sinistros e o custo da inflação.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política do Grupo Fortis e é certificada anualmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado as políticas de subscrição e preços são revistas.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

Ano de suberção	<2002	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	<i>Eur</i> Total
Estimativa acumulada dos sinistros:									
No final do primeiro ano de ano de ocorrência		40.208.441	34.650.286	39.677.815	46.103.402	48.777.728	60.576.278	70.707.357	
2003		40.227.797							
2004		39.511.743	35.205.535						
2005		38.984.321	34.813.070	36.808.329					
2006		38.991.256	34.811.054	36.184.360	46.079.497				
2007		38.994.445	34.736.748	36.160.274	43.727.175	48.999.082			
2008		38.997.890	32.713.496	36.173.017	43.689.693	48.657.641	59.171.063		
Estimativa acumulada dos sinistros até à data		38.997.890	32.713.496	36.173.017	43.689.693	48.657.641	59.171.063	70.707.357	
Pagamentos acumulados até 31-12-2008		38.990.210	32.709.348	36.159.995	43.640.011	48.570.621	58.674.443	55.655.268	
Total Provisões para sinistros	91.504	7.680	4.148	13.022	49.682	87.020	496.620	15.052.089	15.804.765

Para mitigar este risco, a Companhia recorre a critérios de selecção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de perdas por tipo de cliente/sector e segmento de negócio, ajustadas pelo conhecimento ou expectativa da evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros os prémios adquiridos.

O rácio combinado a Dezembro de 2008 é o seguinte;

	Acidentes e Doença	
	2008	2007
Rácio Sinistros	71,8%	70,3%
Rácio Despesas	21,4%	21,5%
Rácio Combinado	93,2%	91,7%

Informação adicional por linha de negócio é a seguinte:

	<i>Eur</i>			
	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2007	Custos com sinistros	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2008 em relação a 2007	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Acidentes e doença	14.214.885	11.289.076	728.770	(2.197.039)
Assistência	21.387	(477.034)	20.906	(477.514)
Total	14.236.272	10.812.042	749.677	(2.674.553)

	<i>Eur</i>			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos de gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	7.521.800	659.419	471.881	8.653.100
Assistência	(2.154.701)	-	2.392.481	237.780
Total seguro directo	5.367.099	659.419	2.864.362	8.890.880
Resseguro aceite	59.984.489	3.360.849	1.091.232	64.436.570
Total	65.351.588	4.020.268	3.955.594	73.327.450

	Eur				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro directo					
Acidentes e doença	8.917.924	8.702.694	8.653.101	1.778.361	(785)
Assistência	774.844	774.844	237.779	-	-
Total seguro directo	9.692.768	9.477.538	8.890.880	1.778.361	(785)
Resseguro aceite	92.964.071	92.652.407	64.436.570	20.044.499	(3.832.752)
Total	102.656.839	102.129.945	73.327.450	21.822.860	(3.833.537)

d) *Requisitos de Solvência*

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias. Em 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras estatutárias são preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Companhias de Seguros ("PCES 07") e em 31 de Dezembro de 2007 as demonstrações financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Companhias de Seguros ("PCES 94").

A Companhia faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência, para o qual tem definido um objectivo mínimo de 150% da exigência legal.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a margem de solvência da Médís é analisada como segue:

	Eur	
Rúbrica	2008	2007
Capital	12.000.000	12.000.000
Reservas legal e de reavaliação	1.912.986	2.409.066
Resultados transitados	13.709.478	11.672.196
Resultado líquido do exercício	3.268.014	4.063.871
Total Situação Líquida (1)	30.890.478	30.145.133
Activos intangíveis	(56.634)	(3.064)
Ajuste pensões reforma e obrigações	(219.050)	(738.145)
Total (2)	(275.684)	(741.209)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	30.614.794	29.403.924
Margem de Solvência Exigida	17.482.879	16.614.594
Excesso / Insuficiência	13.131.915	12.789.330
Rácio Solvência	175%	177%

Nota 29 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela Médissão os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados, Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

No caso das acções não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não exista valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Nota 30 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com acções movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua actividade enquanto Empresa de seguros, entidades empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 não havia garantias.

Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efectuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Eur			
	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	30.667	68.966	102.546	202.179

Nota 31 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao actual texto da IAS 1:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.
- Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da Companhia decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "*comprehensive income*".

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pela Companhia será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto teor de tais alterações.

IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Março de 2007, a IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) é parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda ("puttable instruments") e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente com os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma alteração ao IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

P. J. 17

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira das normas internacionais de relato financeiro vez e IAS 27 – Demonstrações Financeiras e separadas

As alterações ao IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 Demonstrações financeiras e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

A Companhia, com referência a 31 de Dezembro de 2008, não tem qualquer plano de remuneração com acções, pelo que a entrada em vigor desta norma não terá qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades Empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras e separadas

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades Empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

5

Handwritten signature or mark.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pela Companhia será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto impacto de tais alterações.

IFRIC 12 Contratos de Concessão de Serviços

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. O *endorsement* por parte da União europeia ainda se aguarda, estando previsto para o primeiro trimestre de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta Norma não se estima qualquer impacto ao nível da Companhia.

IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto. Dado que a informação disponível ainda não permite determinar com rigor o impacto desta norma, nenhuma estimativa é apresentada. Contudo a Companhia encontra-se a recolher a informação que permita determinar com rigor os eventuais impactos.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2008, a IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade da Companhia, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para a Companhia em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* apresentam-se em seguida:

- Alteração à IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pela Companhia.
- Alteração à IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 16 Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 19 Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações do IAS 19 serão adoptadas pela Companhia em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras ;

9

17

- Alteração à IAS 20 Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 23 Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 27 Demonstrações financeiras e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras das entidades da Companhia na medida em que, nas respectivas contas individuais, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com o IAS 27.
- Alteração à IAS 28 Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.
- Alteração à IAS 38 Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas da Companhia;
- Alteração à IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 40 Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Nota 32 – Ajustamentos de transição para o Novo Plano de Contas

Conforme referido na nota II.1.a), estas são as primeiras demonstrações financeiras preparadas pela Companhia de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal. As políticas contabilísticas descritas na nota II.1 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, na preparação da informação financeira comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, assim como na preparação do balanço de abertura em 1 de Janeiro de 2007.

Na preparação do balanço de abertura de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) e da informação comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a Companhia ajustou os montantes anteriormente reportados os quais haviam sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 94”) e outras disposições emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Os principais impactos, no capital próprio, da transição para o Novo Plano de Contas em 1 Janeiro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2007, são analisados como segue:

		Eur	
		01-Jan-07	31-Dez-07
Situação Líquida de acordo com as Políticas Contabilísticas anteriores		30.089.378	30.145.134
IAS 19 - Benefícios dos empregados	a)	(127.422)	(114.273)
IAS 39 - Instrumentos financeiros	b)	(292.012)	(739.936)
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento	c)	111.150	226.365
Situação Líquida de acordo com o Novo Plano de Contas		29.781.094	29.517.290

Os principais impactos nos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 decorrentes da transição para o Novo Plano de Contas, são analisados como segue:

		Eur
		31-Dez-07
Resultado líquido de acordo com as Políticas Contabilísticas anteriores		4.063.871
IAS 19 - Benefícios dos empregados	a)	13.149
IAS 39 - Instrumentos financeiros	b)	417.240
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento	c)	(114.053)
Resultado líquido de acordo com o Novo Plano de Contas		4.380.207

a) Pensões de reforma e outros benefícios aos empregados

As anteriores políticas contabilísticas requeriam que fosse reconhecida em resultados, em cada exercício, a totalidade do incremento das responsabilidades, líquida do rendimento obtido pelos fundos existentes. O excesso do valor do fundo não era reconhecido. De acordo com o IAS 19, a parcela relativa aos desvios actuários é diferida de acordo com o método do corredor e o excesso do fundo é contabilizado como um activo.

b) Instrumentos financeiros

De acordo com o IAS 39, os activos financeiros foram classificados nas categorias de activos financeiros disponíveis para venda, activos financeiros ao justo valor através dos resultados e empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao valor de mercado sendo as mais e menos valias potenciais existentes registadas em reservas, excepto quando se verifique existir uma perda de imparidade, a qual é registada por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital não podem ser revertidas por resultados, contrariamente ao procedimento a seguir para os instrumentos de dívida.

Os activos financeiros na categoria de justo valor através de resultados são registados a valor de mercado sendo as mais e menos valias potenciais registadas nos resultados do exercício.

g

1-017

De acordo com o PCES 94, os títulos de dívida eram registados ao custo de aquisição, com excepção dos títulos afectos à carteira de investimentos relativos a seguros de vida em que o risco é suportado pelo tomador de seguro. A periodificação dos juros era feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. O prémio ou desconto era periodificado por contrapartida de resultados ao longo do período até ao seu vencimento.

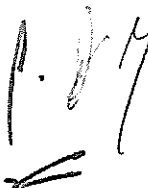
Os títulos de rendimento variável eram valorizados ao seu justo valor à data do balanço. As mais e menos valias potenciais determinadas à data do balanço, eram registadas no capital próprio na reserva de reavaliação. As menos valias potenciais não cobertas pela reserva de reavaliação ou pelo fundo para dotações futuras eram registadas nos resultados.

De acordo com o IAS 39, os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço pelo seu justo valor. De acordo com as anteriores políticas contabilísticas adoptadas pela Companhia, os derivados de cobertura eram registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional, sendo apenas periodificado o respectivo juro corrido.

O impacto da adopção desta política traduziu-se numa redução do capital próprio em 31 de Dezembro de 2007 no montante de Euros 740.000 (1 de Janeiro de 2007: Euros 292.000) e um aumento dos resultados líquidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 no montante de Euros 417.000.

c) Impostos diferidos

A Companhia já reconhecia impostos diferidos sobre as diferenças temporárias entre o balanço contabilístico preparado com base nessas políticas contabilísticas e o balanço fiscal. Nesta base, na data da transição foram adicionalmente reconhecidos os impostos diferidos determinados sobre os ajustamentos IFRS relevantes calculados a essa data.



INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2008

Empresa de Seguros:

MEDIS - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A

Nº de identificação:

1131

Ident. do resp. pela informação:

António Gaspar

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo 1	
							Valor de balanço unitário	Total
1	Inventário de Títulos e Participações Financeiras NPQES							
1.1	FILIAIS ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1.01	Títulos Nacionais							
1.1.01	Partes de capital em filiais							
1.1.02	Sub-Total							
1.1.02	Partes de capital em associadas							
1.1.03	Sub-Total							
1.1.03	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.1.04	Sub-Total							
1.1.04	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
1.1.05	Sub-Total							
1.1.05	Títulos de dívida de filiais							
1.1.06	Sub-Total							
1.1.06	Títulos de dívida de associadas							
1.1.07	Sub-Total							
1.1.07	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.1.08	Sub-Total							
1.1.08	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.1.09	Sub-Total							
1.1.09	Outros títulos em filiais							
1.1.10	Sub-Total							
1.1.10	Outros títulos em associadas							
1.1.11	Sub-Total							
1.1.11	Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.1.12	Sub-Total							
1.1.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
1.1	Sub-Total	0	0	0		0		0
1.2	Títulos Estrangeiros							
1.2.01	Partes de capital em filiais							
1.2.01	Sub-Total							
1.2.02	Partes de capital em associadas							
1.2.02	Sub-Total							
1.2.03	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.2.03	Sub-Total							
1.2.04	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
1.2.04	Sub-Total							
1.2.05	Títulos de dívida de filiais							
1.2.05	Sub-Total							
1.2.06	Títulos de dívida de associadas							
1.2.06	Sub-Total							
1.2.07	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.2.07	Sub-Total							
1.2.08	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.2.08	BCP Finance Bank Float 20/10/09							
1.2.08	Sub-Total	0	100.000	98,45		98.448	98,60	99,643
1.2.09	Outros títulos em filiais							
1.2.09	Sub-Total							
1.2.10	Outros títulos em associadas							
1.2.10	Sub-Total							
1.2.11	Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.2.11	Sub-Total							
1.2.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2008
 Empresa de Seguros: MEDIS - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.
 Nº de identificação: 1131
 Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo 1	
	1.2.12	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
921910016801	1.2	Sub-Total	0	100.000			98.448		99.643
	1	Total	0	100.000			98.448		99.643
	2	OUTROS							
	2.1	Títulos Nacionais							
	2.1.1	Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1	Ações							
	2.1.1.1.1	Servibanca-Emp. Prestação de Serv ACE	750				750		750
	2.1.1.1	Sub-Total	750	0			750		750
	2.1.1.2	Títulos de participação							
	2.1.1.2	Sub-Total							
PTA/IRHM0000	2.1.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento							
	2.1.1.3	AF Portfólio Imobiliário - FI	87.150		8,52		742.405	8,53	743.093
	2.1.1.3	Maxirent - Fundo Inv./Imob.	334.000		10,84		3.620.046	10,97	3.665.249
	2.1.1.3	Sub-Total	421.150	0			4.362.450		4.408.342
	2.1.1.4	Outros							
	2.1.1.4	Sub-Total							
	2.1.1	Sub-Total	421.900	0			4.363.200		4.409.092
	2.1.2	Títulos de dívida							
	2.1.2.1	De dívida pública							
	2.1.2.1	PGB 3,35% 15/10/15		650.000	92,36		600.310	98,09	642.201
PTOTE3OE0017	2.1.2.1	PGB 3,85% 15/04/21		200.000	100,50		201.003	98,44	202.369
	2.1.2.1	PGB 3,85% 15/07/09		500.000	99,64		498.201	100,89	513.587
	2.1.2.1	PGB 4,1% 15/04/37		805.000	95,38		767.791	98,91	819.737
	2.1.2.1	PGB 5% 15/08/12		1.000.000	103,57		1.035.675	105,08	1.078.085
	2.1.2.1	PGB 5,15% 15/06/11		500.000	101,25		506.229	105,20	540.030
	2.1.2.1	PGB 5,85% 20/05/10		1.000.000	102,72		1.027.181	104,35	1.079.580
	2.1.2.1	Sub-Total	0	4.655.000			4.636.390		4.875.589
	2.1.2.2	De outros emissores públicos							
	2.1.2.2	Sub-Total							
	2.1.2.3	De outros emissores							
PTBERKOM0018	2.1.2.3	Banco Espírito Santo Float 29/03/10		400.000	98,93		395.702	96,66	386.713
	2.1.2.3	Jose de Mello 27/06/2017		900.000	99,85		898.685	87,41	786.898
	2.1.2.3	Montepio Geral Float 29/05/13		50.000	82,53		41.263	82,48	41.429
	2.1.2.3	Sub-Total	0	1.350.000			1.335.651		1.215.040
	2.1.2	Sub-Total	0	6.005.000			5.972.041		6.090.629
	2.1	Sub-Total	421.900	6.005.000			10.335.241		10.499.721
	2.2	Títulos Estrangeiros							
	2.2.1	Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1	Ações							
	2.2.1.1	Sub-Total							
PTJMEDOE0006	2.2.1.2	Títulos de participação							
	2.2.1.2	Sub-Total							
	2.2.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento							
	2.2.1.3	F&C Port FD-Euro Inflation Linked Bond	9.507		9,78		96.889	9,87	97.781
	2.2.1.3	MILLENNIUM SICAV Euro Zone Equities - I	7.355		51,51		378.856	50,76	373.340
	2.2.1.3	MILLENNIUM SICAV North America Equities - I	444		63,86		28.354	59,39	26.371
	2.2.1.3	Sub-Total	17.706	0			504.100		497.492
	2.2.1.4	Outros							
	2.2.1.4	Sub-Total							
	2.2.1	Sub-Total	17.706	0			504.100		497.492
LU0206319617	2.2.2	Títulos de dívida							
	2.2.2.1	De dívida pública							
	2.2.2.1	BCB 4,25% 28/09/14		250.000	101,67		254.185	104,45	253.854

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2008

Empresa de Seguros: MEDIS - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A

Nº de identificação: 1131

Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

Anexo	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							Valor de balanço	
	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	unitário	Total
	BE0000304130	BGB 5% 28/03/35		300.000	108,91		326.729	113,58	352.179
	IT0003644769	BTPS 4.5% 01/02/20		750.000	101,43		760.744	100,16	765.141
	DE0001135275	DBR 4% 04/01/37		500.000	92,20		460.987	107,34	556.506
	DE0001135176	DBR 5.5% 04/01/31		35.640	117,43		41.851	123,94	46.112
	FR0010670737	FRTR 4.25% 25/10/18		500.000	101,35		506.751	106,85	538.151
	GR0114018435	Hellenic Republic 3.1% 20/04/10		500.000	99,63		498.165	99,52	508.422
	GR0114017420	Hellenic Republic 3.5% 20/04/09		560.000	100,16		560.871	100,13	574.431
	GR0124011454	Hellenic Republic 6% 19/05/10		1.000.000	102,84		1.028.396	103,18	1.068.941
	AT00004001X2	RAGB 3.5% 15/09/21		240.000	94,04		225.700	95,45	231.542
	AT00004011T9	RAGB 4% 15/09/16		748.000	100,08		748.596	102,94	778.754
	AT0000385745	RAGB 4.65% 15/01/18		340.000	105,74		359.501	106,98	378.866
	AT0000383864	RAGB 6.25% 15/07/27		500.000	121,84		609.180	127,13	650.116
		Sub-Total	0	6.223.640			6.381.654		6.713.035
		De outros emissores públicos							
		BAYERN 3.875% 14/01/11	0	400.000	100,24		400.960	102,60	425.307
		Sub-Total	0	400.000			400.960		425.307
		De outros emissores							
	ES0312298013	AYT Cedulas Caja 3.5% 14/03/16		400.000	86,34		345.344	88,96	367.059
	ES0312298005	AYT Cedulas Caja Float 14/12/12		600.000	99,92		599.492	91,98	552.833
	XS0191568855	Anglo Irish Bank Float 06/05/09		206.000	100,01		206.025	99,12	205.723
	XS0191555365	BA Creditanstalt Float 06/05/09		150.000	100,01		150.012	99,76	150.747
	ES0413211063	Banco Bilbao Viz 3% 03/12/09		900.000	99,79		898.143	99,69	899.289
	ES0413211139	Banco Bilbao Viz 3.875% 31/05/12		400.000	99,63		398.505	100,17	409.760
	DE000HVOEBA5	Bayer Hypo-Vereil 3.5% 03/02/15		700.000	100,24		701.647	99,17	716.403
	DE0005934426	Bayer Hypo-Vereil 6% 05/02/14		550.000	109,29		601.101	98,02	568.882
	XS0231275552	CEMG-Cayman ISLA Float 30/09/10		850.000	98,20		834.694	99,81	848.445
	XS0217992030	CEMG-Cayman Isl Float 03/05/12		400.000	95,88		383.519	94,91	382.874
	FR0010428045	Caisse Eparg Ecr Float 26/01/09		900.000	100,00		899.974	99,97	907.795
	ES0314840150	Caixa Cata Intl Float 16/02/09		900.000	99,94		899.424	100,14	906.001
	XS0218038809	Caixa Geral Fr Float 27/04/15		800.000	95,02		760.160	75,00	607.468
	ES0214950166	Caja Ahorros Monte Madrid Float 17/10/16		450.000	100,14		450.626	76,59	349.731
	ES0414950644	Caja Madrid 4.125% 24/03/36		500.000	93,63		468.164	90,46	468.223
	XS0192377538	Cimpor Fin Ops 4.5% 27/05/11		500.000	88,64		443.192	89,40	460.438
	XS0201735130	Credito Italiano Float 05/10/09		150.000	100,07		150.105	98,50	149.695
	XS0193277364	DNB Nor Bank Float 03/06/09		300.000	100,00		299.988	99,65	299.874
	XS0230191081	DNB Norbank ASA Float 27/09/10		700.000	99,94		699.587	99,49	696.555
	DE000EHOA2E9	Eurohypo AG 3.25% 26/10/15		300.000	97,58		292.749	96,74	291.973
	DE000AASHZ22	Eurohypo AG Float 26/01/09		300.000	100,01		300.032	100,06	302.948
	DE000A091F76	Eurohypo Ag 3.5% 30/09/11		1.400.000	100,55		1.407.699	100,33	1.416.992
	XS0219927802	GE Cap EUR Fund Float 25/05/12		600.000	99,54		597.255	85,34	514.338
	XS0294490312	GE Cap Eur Fund Float 03/04/14		800.000	100,05		800.393	78,33	637.418
	XS0247263048	Haa-Bank Intl Ag 3.75% 17/03/14		150.000	98,90		145.200	98,90	152.798
	XS0292051835	Hypo Alpe-Adria Float 20/03/15		300.000	99,90		299.707	88,67	269.250
	DE000HBEOAJ5	Hypobk in Essen 3.25% 17/11/09		400.000	99,58		398.333	100,59	403.939
	XS0215990240	IKB Deut Indust Float 31/03/09		600.000	100,02		600.139	89,94	539.625
	XS0247805202	ING Groep Nv Float 31/03/09		800.000	99,97		798.798	99,34	794.758
	XS0281902550	Merril Lynch Float 30/01/17		400.000	99,98		399.935	76,00	320.071
	XS0247027070	Monte Dei Paschi Float 22/03/13		500.000	99,98		499.911	97,78	489.322
	XS0096141337	Portugal Tel Fin 4.625% 07/04/09		400.000	99,91		399.623	100,03	413.719
	ES0304872061	UNICAJA FLOAT 18/06/09		150.000	99,97		149.952	99,47	149.388
	XS0247757718	Unicredito Itali Float 15/03/16		200.000	99,91		199.817	99,04	198.391
	XS0237539282	Wurtemberger HB Hypint Float 06/12/10	0	200.000	99,97		199.938	50,00	100.488
		Sub-Total	0	17.856.600			17.680.183		16.943.152
		Sub-Total	0	24.479.640			24.462.797		24.081.494

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2008
 Empresa de Seguros: MEDIS - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.
 Nº de identificação: 1131
 Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

CÓDIGO		IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS					Anexo 1		
		DESIGNAÇÃO					Valor de balanço	unitário	Total
2.2	Sub-Total								
2.3	Derivados de Negociação								
2.3	FW Cambial								
2.3	Sub-Total								
2.4	Derivados de Cobertura								
2.4	Sub-Total								
2	Total								
3	TOTAL GERAL								
			Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição		
			17.706	24.479.640			24.966.897		24.578.986
			0				2.259		2.259
							2.259		2.259
			439.606	30.484.640			35.304.397		35.080.956
			439.606	30.584.640			35.402.844		35.180.609